

www.pwc.com.br

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Geradora de Energia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

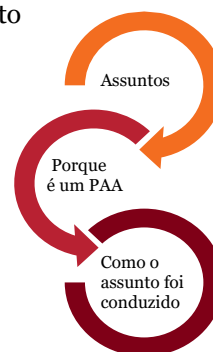
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Geradora de Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Construção da Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") (Nota 7)</p> <p>Durante o exercício de 2021, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado o valor de R\$ 52.283 mil, correspondendo a 40% de seus ativos totais.</p> <p>Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a construção da PCH foi a principal atividade da Companhia e envolve valores significativos que precisam estar adequadamente suportados por contratos e outros documentos comprobatórios.</p>	<p>Como resposta de auditoria, entre outros, efetuamos a leitura dos contratos firmados com os principais fornecedores a fim de identificar eventuais cláusulas que pudessem resultar em obrigações adicionais para a Companhia.</p> <p>Verificamos, em base amostral, os documentos fiscais que suportam as aquisições realizadas bem como os respectivos pagamentos efetuados para os fornecedores.</p> <p>Por fim, realizamos leitura das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações auditadas.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 9 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Daniel Rodrigues de Oliveira
Signed By: DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA:31574423843
CPF: 31574423843
Signing Time: 09 May 2022 | 19:01 BRT

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro**
Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	70.314	2.378	Fornecedores (Nota 9)	1.255	14
Tributos a compensar	3	3	Tributos a recolher (Nota 10)	699	16
Outros ativos	650	28		1.954	30
	70.967	2.409	Não circulante		
Não circulante			Debêntures (Nota 11)	69.940	
Outros ativos	62	91		69.940	
Depósitos judiciais (Nota 6)	3.334	2.448	Patrimônio líquido (Nota 13)		
Imobilizado (Nota 7)	52.283	9.620	Capital social	63.628	25.047
Intangível (Nota 8)	4.160	10.021	Prejuízos acumulados	(4.716)	(488)
	59.839	22.180		58.912	24.559
Total do ativo	130.806	24.589	Total do passivo e do patrimônio líquido	130.806	24.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(1.364)	(469)
	<u>(1.364)</u>	<u>(469)</u>
Prejuízo operacional	<u>(1.364)</u>	<u>(469)</u>
Receitas financeiras	2.509	38
Despesas financeiras	(4.539)	(7)
Resultado financeiro (Nota 15)	<u>(2.030)</u>	<u>31</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.394)</u>	<u>(438)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 16)	(834)	(9)
Prejuízo do exercício	<u><u>(4.228)</u></u>	<u><u>(447)</u></u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	<u>5.435.425.851</u>	<u>1.248.219.185</u>
Prejuízo por ação (básico e diluído) - R\$ (Nota 18)	<u><u>(0,0008)</u></u>	<u><u>(0,0004)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.**Demonstração do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(4.228)	(447)
Outros resultados abrangentes	_____	_____
Total do resultado abrangente do exercício	(4.228)	(447)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2019	10.729	(41)	10.688
Aumento de capital (Nota 13)	14.318		14.318
Prejuízo do exercício		(447)	(447)
Em 31 de dezembro de 2020	25.047	(488)	24.559
Aumento de capital (Nota 13)	38.581		38.581
Prejuízo do exercício		(4.228)	(4.228)
Em 31 de dezembro de 2021	63.628	(4.716)	58.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goias Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.228)	(447)
Ajustes por:		
Depreciação	6	1
Provisão de juros sobre debêntures	4.343	
Variações no capital circulante		
Tributos a recuperar		(3)
Outros ativos	(593)	7.102
Depósitos judiciais	(886)	
Fornecedores	1.260	
Tributos a recolher	1.100	17
Caixa gerado pelas operações	<u>1.002</u>	<u>6.670</u>
Juros pagos	(19)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(417)	(9)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>566</u>	<u>6.661</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(1.058)	(9.901)
Aquisição de imobilizado	(47.743)	(8.709)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	5.074	
Recebimento na venda de ativo intangível	6.919	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(36.808)</u>	<u>(18.610)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização do capital	38.581	14.318
Captação de debêntures	65.500	
Custos de captação sobre debêntures	359	
Custos a amortizar sobre debêntures	(262)	
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	<u>104.178</u>	<u>14.318</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>67.936</u>	<u>2.369</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.378	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70.314	2.378
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>67.936</u>	<u>2.369</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Goiás Geradora de Energia Renovável S.A. ("Companhia") foi constituída em 7 de outubro de 2016 e tem em seu objeto social a geração de energia elétrica.

A Companhia iniciou a construção das PCHs São Bartolomeu, Salgado e Gameleira que foram adquiridas da São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A, que em 18 de outubro de 2019, se sagrou vencedora do 30º Leilão de Energia Nova, A-6 (conforme Portarias MME: nº 337/2019 e nº 222/2019), com as PCHs: Gameleira, São Bartolomeu e Salgado. A energia de novos empreendimentos vendida nesse leilão suprirá as distribuidoras por um período de 30 anos contados a partir de 1 de janeiro de 2025 (inclusive).

A Aneel, após conclusão da análise protocolada sob nº 485130032592020, autorizou a transferência das concessões das PCHs São Bartolomeu, Salgado e Gameleira para a Companhia.

Em 2021, a titularidade dos direitos de construção e operação da PCH Gameleira e PCH Salgado, foram transferidas da Companhia Goiás Geradora de Energia Renovável S.A. para as empresas Gameleira Geradora de Energia Renovável S.A. e Salgado Geradora de Energia Renovável S.A., respectivamente.

A Companhia é uma sociedade anônima, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de Cristalina, Estado de Goiás.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 9 de maio de 2022.

1.2 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

- (ii) Cumprimento de obrigações assumidas com fornecedores

A Companhia avaliou seus principais contratos de suprimento, junto a fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

- (iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – *covenants*

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avaliou os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2021 e concluiu que a pandemia não impactou no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Por fim, até o presente momento, a Companhia informa que não houve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consideraram a base contábil de continuidade operacional, e o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 3 – Gerenciamento de riscos (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros);

Nota 7 - Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos);

Nota 12 – Provisão para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia só possuía ativos financeiros classificados como custo amortizado.

2.7 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

. Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, com relação a:

(i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) **Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

. Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a PCH. A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

A companhia realiza análise de crédito de suas contrapartes de forma independente. Todavia no momento, em função da operação de financiamento existente, tais contrapartes foram também avaliadas e aprovadas pelo banco financiador.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Valor Contábil	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>70.314</u>	<u>2.378</u>
	<u>70.314</u>	<u>2.378</u>

(iii) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. A companhia mitigou esse risco ao firmar PPAs (Contratos de Compra de Energia de Longo Prazo) a preços indexados à inflação e adequados ao pagamento da operação de financiamento. A companhia também não possui instrumentos financeiros ativos que possam sofrer risco de mercado.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) (a)	70.314	70.314	2.378	2.378
Depósitos judiciais	3.334	3.334	2.448	2.448
Outros ativos	712	712	119	119
Custo amortizado				
Fornecedores (b)	1.255	1.255	14	14
Debêntures (c)	69.940	69.940		

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se aproximam do valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos** - As operações de empréstimos e financiamentos são debêntures e representam a primeira emissão de debêntures da Companhia. Conforme Escritura de Emissão de Debêntures, a remuneração do principal será calculada corrigindo o valor nominal das debêntures pelo índice IPCA mais taxa pré-fixada ao ano.

3.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos	69.940	0
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(70.314)	(2.378)
Dívida líquida	(374)	(2.378)
Total do patrimônio líquido	58.912	24.559
Total do capital	58.537	22.881
Índice de alavancagem financeira - %	0%	0%

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Categoria</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	70.314	2.378
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3.334	2.448
Outros ativos	Custo amortizado	<u>712</u>	<u>119</u>
		<u>74.360</u>	<u>4.945</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	Custo amortizado	1.255	14
Debêntures	Custo amortizado	<u>69.940</u>	<u> </u>
		<u>71.195</u>	<u>14</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos a vista		1
Aplicações financeiras	<u>70.314</u>	<u>2.377</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>70.314</u>	<u>2.378</u>

6 Depósitos judiciais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos judiciais (i)	<u>3.334</u>	<u>2.448</u>
Total não circulante	<u>3.334</u>	<u>2.448</u>

- (i) Referem-se a depósitos realizados em processos originados na São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A (SBGER) que era titular de todos os projetos das PCHS. Com a transferência desses projetos para a Companhia os processos também foram transferidos. A Companhia reembolsou os valores desses depósitos à São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A (SBGER).

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

Política contábil

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos). As taxas levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tal ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é composto como segue:

	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2021</u>
Imobilizado em uso					
Equipamentos de informática	22	7	-	(5)	24
Móveis e utensílios	-	29	-	(1)	28
Imobilizado em andamento					
PCH São Bartolomeu	4.524	47.707	-	-	52.231
PCH Salgado	684	-	(684)	-	-
PCH Gameleira	4.390	-	(4.390)	-	-
	<u>9.620</u>	<u>47.743</u>	<u>(5.074)</u>	<u>(6)</u>	<u>52.283</u>
	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2020</u>
Imobilizado em uso					
Equipamentos de informática	-	23	-	(1)	22
Imobilizado em andamento					
PCH São Bartolomeu	-	4.524	-	-	4.524
PCH Salgado	-	684	-	-	684
PCH Gameleira	912	3.478	-	-	4.390
	<u>912</u>	<u>8.709</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>9.620</u>

Em 2021, os projetos das PCHs Gameleira e Salgado foram transferidos para as empresas Gameleira Geradora de Energia Renovável S.A. e Salgado Geradora de Energia Renovável S.A, respectivamente.

8 Intangível

Política contábil

(a) Desenvolvimento de projetos de geração

Gastos com desenvolvimento de projetos são contabilizados ao custo de aquisição menos eventuais perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos de aquisição e gastos para o desenvolvimento do curso dos projetos para que os ativos possam ser finalizados e colocados em uso.

O intangível é composto como segue:

	<u>2020</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
Projetos de desenvolvimento				
PCH São Bartolomeu	3.306	976	(122)	4.160
PCH Gameleira	3.257	82	(3.339)	-
PCH Salgado	3.458	-	(3.458)	-
	<u>10.021</u>	<u>1.058</u>	<u>(6.919)</u>	<u>4.160</u>

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
Projetos de desenvolvimento				
PCH São Bartolomeu	35	3.271	-	3.306
PCH Gameleira	40	3.217	-	3.257
PCH Salgado	<u>45</u>	<u>3.413</u>	<u>-</u>	<u>3.458</u>
	<u>120</u>	<u>9.901</u>	<u>-</u>	<u>10.021</u>

A amortização dos ativos intangíveis iniciará junto ao início da operação da PCH São Bartolomeu, o prazo de amortização será igual ao prazo remanescente da concessão.

Em 2021, os projetos das PCHs Gameleira e Salgado foram transferidos para as empresas Gameleira Geradora de Energia Renovável S.A. e Salgado Geradora de Energia Renovável S.A, respectivamente.

9 Fornecedores

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os fornecedores são compostos por duplicatas a pagar de materiais e serviços.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	<u>1.255</u>	<u>14</u>

10 Tributos a recolher

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda pessoa jurídica	133	
Contribuição social sobre o lucro líquido	101	1
ICMS	244	10
INSS	115	
ISS	91	
Imposto de renda e contribuições sociais retidas	<u>15</u>	<u>5</u>
	<u>699</u>	<u>16</u>

11 Debêntures

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Em 2021 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 65.500 para a construção do projeto da PCH São Bartolomeu. A composição é a seguir:

	<u>Indexador e Taxas de juros anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2021</u>
Debêntures série única	IPCA + 9,0386% a.a.	15/03/2041	<u>69.940</u>
			<u>69.940</u>

(i) Movimentação do período

(+) Captação de debêntures	65.500
(+) Provisão de juros	4.343
(-) Custos de captação	359
(-) Custos a amortizar	<u>(262)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u><u>69.940</u></u>

(ii) Covenants

Os *covenants* requerem a manutenção de determinados índices, bem como outras condições a serem observadas. O descumprimento dos *convenants* pode implicar em vencimento antecipado da operação. A Companhia possui cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. As cláusulas não financeiras foram todas cumpridas no exercício; as cláusulas financeiras (ICSD) precisam ser cumpridas a partir de 2024.

Em 31 de dezembro de 2021, as condições referentes às cláusulas restritivas foram plenamente atendidas.

(iii) Garantias

Foram constituídas as seguintes garantias reais:

- a alienação fiduciária da totalidade das ações; e
- cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios.

Conforme item 6.7.6 da Escritura de emissão, os juros remuneratórios serão pagos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, iniciando no ano de 2024 e encerrando em 2041.

12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Não existem ações judiciais com prognóstico de perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 2020, houve aportes de capital social com emissão de 1.431.750.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,01, que totalizaram R\$ 14.318. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 25.047.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é representado por 2.504.671.507 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada.

Em 2021, houve o aporte de capital social com emissão de 3.858.128.493 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 0,01, que totalizaram R\$ 38.581. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 63.628.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é representado por 6.362.800.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 0,01 cada, assim representado:

	Quantidade de ações	
	2021	2020
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Pirineus	6.362.800.000	2.504.671.507
	<u>6.362.800.000</u>	<u>2.504.671.507</u>

14 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Aluguel e arrendamentos	(14)	
Seguros	(183)	
Despesas com pessoal	(294)	
Serviços de terceiros	(541)	(59)
Despesas gerais	(314)	(159)
Impostos, taxas e multas	(12)	(250)
Depreciações e amortizações	(6)	(1)
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.364)</u>	<u>(469)</u>

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.509	38
	<u>2.509</u>	<u>38</u>
Despesas financeiras		
Juros pagos	(19)	(1)
Multas pagas		(6)
Despesas bancárias	(18)	
Juros sobre debêntures	(4.502)	
	<u>(4.539)</u>	<u>(7)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.030)</u>	<u>31</u>

16 Imposto de renda e contribuição social correntes

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido".

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda		
Receitas financeiras sujeita a alíquota integral - 100%	2.509	38
Base de cálculo	2.509	38
IRPJ - 15%	(377)	(6)
IRPJ Adicional	(231)	
IRPJ devido	<u>(608)</u>	<u>(6)</u>
Contribuição social		
Receitas financeiras sujeita a alíquota integral - 100%	2.509	38
Base de cálculo	2.509	38
CSLL devida - 9%	(226)	(3)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(834)</u>	<u>(9)</u>

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Seguros (Não auditado)

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros, para os ativos de geração hidráulica da PCHs São Bartolomeu, bem como todos os demais seguros comuns ao mercado de geração hidrelétrica.

18 Prejuízo por ação

(i) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há ações em tesouraria mantidas no patrimônio líquido da Companhia. O prejuízo por ação, fica assim apresentado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(4.228)	(447)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	5.435.425.851	1.248.219.185
Prejuízo por básico ação - R\$	<u>(0,0008)</u>	<u>(0,0004)</u>

(ii) Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía potenciais ações ordinárias com efeitos diluidores.

* * *